
DIALOGANDO SOBRE AS ESTRATÉGIAS EDUCACIONAIS DIFERENCIADAS: INDIVIDUALIZAÇÃO DO ENSINO

Vanêssa Lima do Nascimento¹
Annie Gomes Redig²

INTRODUÇÃO

Quando os ventos de mudança sopram, umas pessoas levantam barreiras, outras constroem moinhos de vento.
Érico Veríssimo

A inclusão escolar de pessoas com deficiência é um movimento mundial, no qual os sistemas de ensino buscam ao longo dos anos modificar-se, a fim de atender a diversidade do seu alunado. A diversidade da qual nos referimos (alunos com diferentes necessidades educacionais), requer uma reformulação no trabalho pedagógico e o comprometimento de todos os envolvidos no processo de inclusão.

Considerando-se a percepção de que a escola não é mais aquele espaço homogeneizado, que “atendia” apenas os ditos “normais”, afirmamos a importância de sua transformação. Com o crescimento do discurso da inclusão, cada vez mais vemos surgir na sociedade uma nova escola, mais aberta, diversa e democrática, que procura deixar o espaço escolar mais colorido e rico em aprendizagens, o que nos torna convencidos da necessidade de diferentes estratégias de ensino.

Com a expansão da política de Educação Inclusiva, o desenvolvimento de estratégias educacionais diferenciadas faz-se urgente. Embora a proposta curricular seja a mesma para todos os estudantes (pois o currículo escolar brasileiro ainda é engessado), com ou sem deficiência, as estratégias utilizadas para alcançar o aluno que apresenta necessidades educacionais especiais precisam ser diversificadas e com isso o currículo poderá ser diferenciado e individualizados.

A legislação nacional através da Constituição Federal (BRASIL, 1988) e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN nº 9.394/96 (BRASIL, 1996), em consonância com documentos internacionais como a Declaração de Jomtien (UNESCO, 1990), a Declaração de Salamanca (1994), entre outros, preconizam os direitos de todas as crianças, jovens e adultos de

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação (PROPEd/UERJ) e Orientadora Pedagógica na Secretaria Municipal de Educação de Queimados. E-mail: Vanessa_lima_do_nascimento@yahoo.com.br.

² Professora Adjunta da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: annieredig@yahoo.com.br.

estarem juntos, livres de preconceito ou discriminação de qualquer natureza. Sendo assim, a escola precisa considerar o direito de todos os alunos aprenderem e as possibilidades de aprendizagem, mediante as adaptações necessárias para alcançá-la.

A Lei Brasileira de Inclusão (BRASIL, 2015), no capítulo IV, artigo 28, do direito à educação, reforça a relevância de um projeto pedagógico que atenda às características dos estudantes com deficiência, serviços e adaptações necessárias, enfim, medidas individualizadas e coletivas que maximizem o desenvolvimento acadêmico.

O presente artigo tem como objetivo propor um diálogo sobre as estratégias educacionais diferenciadas e individualizadas, destacando a sua importância diante da diversidade verificada na escola contemporânea.

FLEXIBILIZAÇÃO CURRICULAR: CAMINHOS PARA A INCLUSÃO EDUCACIONAL

A diversidade de características dos nossos alunos, requer um modo diferente de pensar a nossa prática pedagógica. Consideramos que seja fundamental a construção de um currículo flexível, que considere as especificidades dos alunos. Não se trata de um empobrecimento do currículo e sim de torná-lo mais acessível.

No cenário da educação inclusiva, podemos entender a flexibilização curricular como uma saída para as necessidades educativas de um ou mais alunos, isto é, são as estratégias pedagógicas diferenciadas que utilizaremos para lidar com a dificuldade de aprendizagem verificada na prática. Muitas dessas flexibilizações, podem favorecer para o rompimento das barreiras que impedem a aprendizagem não apenas dos alunos com deficiência, mais para beneficiar a aprendizagem de todos. É importante que o professor planeje suas aulas diversificando as atividades, tornando-as mais interessante.

Em uma aula que busca priorizar a inclusão e participação de todos é fundamental que aspectos como a comparação e a competitividade sejam substituídos pela cooperação. É de grande relevância que as experiências vivenciadas no espaço escolar sejam igualmente compartilhadas entre os alunos, com ou sem necessidades educacionais especiais, sendo garantido a todos um ensino de qualidade.

A flexibilização curricular encontra-se legalmente amparada no texto das Diretrizes Curriculares para a Educação Especial na Educação Básica:

[...] flexibilizações e adaptações curriculares que considerem o significado prático e instrumental dos conteúdos básicos, metodologias de ensino e recursos didáticos diferenciados e processos de avaliação adequados ao desenvolvimento dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, em consonância com o projeto pedagógico da escola, [...]. (BRASIL, 2001).

Com relação às adequações do Projeto Político Pedagógico para atender à diversidade verificada nas escolas, Beyer (2006, p. 75) faz a seguinte colocação:

O projeto político pedagógico inclusivo [...] objetiva não produzir uma categorização “alunos com e sem deficiência, com e sem distúrbios, com e sem necessidades especiais” (a adjetivação é ampla e flutuante, conforme os vários diagnósticos possíveis). Para tal abordagem educacional não há dois grupos de alunos, porém apenas crianças e adolescentes que compõem a comunidade escolar e que apresentam necessidades variadas.

Pensando nessas necessidades variadas, entendemos que as escolas contemporâneas precisam de um projeto pedagógico inclusivo e este por sua vez deverá ter como objetivo respeitar as diferenças e diversidades de seu público. O processo de escolarização da pessoa com deficiência requer além de um currículo flexível um planejamento que pense em possibilidades para uma aprendizagem significativa.

A IMPORTÂNCIA DO PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO COMO ESTRATÉGIA DE ENSINO PARA ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

Com a finalidade de atender as necessidades educacionais especiais dos alunos com deficiência incluídos nas classes regulares, faz-se necessário considerar a diversidade presente nas escolas. A demanda observada na escola contemporânea, requer que as redes de ensino adotem medidas de flexibilização e dinamização curricular, que efetivamente alcance a todos, inclusive aqueles que possuem algum tipo de necessidade educacional especial.

De acordo com a nossa LDBEN (BRASIL, 1996), a educação possui como finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. No entanto, tal efetivação requer uma série de condições, como flexibilização/individualização curricular, que não ocorrem de forma isolada, mecânica, tampouco o processo de inclusão.

A individualização do currículo resguarda o caráter de flexibilidade e dinamicidade que este deve ter, ou seja, deve ser entendida como uma forma da escola caminhar em direção as

necessidades educacionais especiais dos seus alunos. Entretanto, não é apenas o currículo que se configura como barreira neste processo, Pletsch e Glat (2013, p.20) nos revela que para efetivar uma educação inclusiva ainda enfrentamos inúmeras barreiras, como:

[...] despreparo dos professores para adequar o manejo de sala de aula à chegada de um aluno que apresente singularidades no processo educacional, falta de acessibilidade física e curricular, turmas superlotadas, práticas avaliativas homogêneas e tantos outros problemas presentes no cotidiano da maioria das escolas brasileiras.

Com o intuito de atender a diversidade desse alunado, proporcionando-lhes uma escolarização significativa, tem sido observado a utilização, por algumas redes de ensino, do Plano Educacional Individualizado (PEI) como estratégia diferenciada de ensino. O PEI é uma ferramenta utilizada para a individualização do ensino, construído com as comunidades escolares, demais profissionais, familiares e o próprio aluno, um programa com metas acadêmicas e sociais que atendam às necessidades e singularidades do sujeito (GLAT; VIANNA; REDIG, 2012).

O PEI deve ser um plano escrito, uma espécie de contrato, que descreve o programa educacional em termos de serviços demandados por um estudante em particular, tomando como base uma avaliação aprofundada dos pontos fortes e de suas necessidades que afetam a habilidade dele para aprender e para demonstrar a aprendizagem. Ele é um registro das acomodações individualizadas que são necessárias para ajudar o estudante a alcançar expectativas de aprendizagem, configurando-se como um documento norteador do trabalho educacional [...] (TANNÚS VALADÃO, 2013, p.55)

Essa estratégia visa a construção de um currículo que possibilite a acessibilidade pedagógica para os alunos com deficiência, sem contudo, o prejuízo da perda de conteúdos ou da qualidade do ensino, visto que deve ser construído com base nas potencialidades do aluno, isto é, individualizando suas tarefas. Marin e Braun (2013, p.53) explica que

[...] individualizar o ensino não significa particularizar a ação pedagógica a ponto de segregar o aluno do grupo. O objetivo da individualização é incluí-lo na situação de aprendizagem que os outros estão vivenciando, com as devidas adequações para que sua participação seja efetiva. É atender às diferenças individuais que o aluno possa apresentar em decorrência das especificidades de seu desenvolvimento, sejam neurológicas cognitivas e/ou sensoriais.

Dadas às condições que vivenciamos nas escolas, o PEI torna-se um instrumento de ensino de suma importância, principalmente para os educandos que devido à sua deficiência, têm a sua escolarização em um ritmo diferente dos demais. Quanto à sua elaboração, precisa ser realizada de

forma colaborativa, pois para que o PEI atenda às necessidades reais desse educando é preciso conhecê-las.

A “ignorância” sobre os aspectos peculiares da deficiência e o desconhecimento sobre suas potencialidades gera situações de medo, recusa e preconceito em relação à permanência do aluno na sala de aula ou em relação a sua capacidade de aprendizado (SCHIRMER; WALTER; NUNES; DELGADO, 2011, p.154).

O PEI é um documento que precisa ser continuamente revisto e se necessário reformulado, pois à medida que o aluno vai se desenvolvendo, suas necessidades educacionais especiais se modificam. Se os objetivos traçados no PEI foram alcançados, isso indica o progresso acadêmico do estudante.

PLANO INDIVIDUALIZADO DE TRANSIÇÃO COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO SOCIAL

Consideramos que o papel da escola vai muito além da aquisição de conteúdos, ela precisa ofertar subsídios para o indivíduo com deficiência buscar outros níveis de ensino e também ingressar no mercado trabalho, principalmente quando se refere aos estudantes em idade adulta. O processo de inclusão do aluno com deficiência em classes regulares vem ocorrendo em todos os níveis e modalidades de ensino. De acordo com a LDBEN 9.394/96 (BRASIL, 1996), artigo 37

§ 1º - Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

A relevância do PEI como estratégia diferenciada de ensino é notória, porém quando nos remetemos ao público composto por jovens e adultos, precisamos pensar em um Plano/Programa que os prepare para a transição da escola para a vida independente.

Segundo Redig (2016) as instituições e escolas especializadas ou não, que atendem jovens e adultos com deficiência, sobretudo, intelectual, devem ter como um dos seus principais objetivos programáticos, desenvolver nos alunos, habilidades para que alcancem autonomia, independência e inserção profissional. Refletindo sobre a afirmação da autora, verificamos a necessidade em dar sentido ao período que o estudante encontra-se dentro da escola, entendemos com isso que

É necessário que as escolas promovam uma formação que oportunize aos seus alunos uma provisão de serviços de qualidade voltados para inclusão no mundo do trabalho e na vida social adulta, de modo geral. Nesse sentido, a preparação profissional deve

ocorrer enquanto o jovem ainda esteja na escola, independentemente do espaço onde aconteça a escolarização, seja em escola comum ou em uma instituição especializada. (MASCARO, 2016, p. 11)

Para agregar ao PEI, questões relacionadas ao desenvolvimento de habilidades sociais e laborais, que visam à autonomia do estudante jovem e adulto com deficiência sugerimos a construção do Plano Individualizado de Transição (PIT). Pois, segundo Carvalho (2018, p.70):

[...] funciona como elo entre a escola e a sociedade, pois para garantir a transição para a vida adulta e potencializar uma possível inserção profissional, a formação acadêmica tem de ser complementada pela formação profissional que, através do PIT, é desenvolvida e habilitada em situação real de aprendizagem.

Ou seja, quando acrescentamos o PIT aos registros do PEI, objetivamos formar um documento que nos dê uma visão geral do indivíduo, desde o seu desenvolvimento acadêmico até as habilidades que podem ser trabalhadas dentro da área do seu interesse. As adaptações curriculares pensadas anteriormente para elaboração do PEI, serão acompanhadas das questões da vida diária e laborais.

A inclusão social desse indivíduo torna-se tão relevante quanto a sua escolarização. Segundo Redig, Mascaro e Carlou (2013, p.153) “[...] todos os jovens, independentemente de terem uma deficiência ou apresentarem, em algum ponto de sua trajetória, uma necessidade de apoio diferenciado, passam por uma fase difícil no momento em que precisam se inserir no mundo adulto, sobretudo no mercado de trabalho”.

No Brasil é recente a preocupação com a transição da pessoa com deficiência da escola para a vida independente, porém em países da Europa como Portugal, esse cuidado se revela de forma antiga, a priori fazendo referência na Constituição da República Portuguesa de 1976 (Artº 71º), “dever de, por parte do Estado, i) realizar uma política de prevenção, tratamento, reabilitação e integração dos cidadãos portadores de deficiência e de apoio às suas famílias; ii) desenvolver uma pedagogia que sensibilize a sociedade, quanto aos seus deveres de respeito e solidariedade para com estes”, mais sendo consolidada através do Decreto-Lei nº3/ 2008, de 7 de janeiro (Artº 14º, ponto 1), onde garante que o PIT seja elaborado para estudantes com necessidades educacionais especiais, que não acompanham o currículo comum.

Sabemos que promover a inserção da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, não é tarefa fácil, visto que, um dos principais entraves é a falta de formação profissional qualificada. De acordo com Redig, Mascaro e Carlou (2013), a educação desempenha um importante papel no

sentido de minimizar e promover a participação efetiva dessas pessoas na sociedade. Ações que visem a qualificação desses indivíduos, contribui para uma sociedade mais inclusiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão e escolarização do aluno com deficiência, constitui-se como um desafio a ser encarado pela escola contemporânea, que há tempos desenvolve seu trabalho na perspectiva de um único modelo de aluno, tentando promover a homogeneização de todos e ignorando a diversidade existente no grupo social. Nesse contexto, as estratégias diferenciadas de ensino surgiram, com o intuito de garantir uma educação significativa a esses sujeitos. Diante do exposto, concluímos que o Plano Educacional Individualizado (PEI) e o Plano Individualizado de Transição (PIT) constituem-se importantes estratégias de diferenciação no ensino para alunos com necessidades educacionais especiais.

Dessa forma, a escola inclusiva cumpre o seu papel social, com metodologias adequadas a realidade dos alunos, tornando o período escolar produtivo principalmente para os alunos com deficiência. Vale refletir ainda que, ao negar a concepção de incapacidade de um indivíduo com deficiência, propõe-se uma mudança na cultura escolar reconhecendo que certos alunos precisarão de mais apoio e de um atendimento especializado para obter êxito no processo de escolarização; sem, contudo, haver a necessidade de segregação. Quando a pessoa com deficiência está na escola comum de forma adequada, com os suportes necessários, uma rede de inclusões acontece à sua volta. É a família que não se isola e não toma somente para si a responsabilidade, é a escola que se volta para novas discussões, é o exemplo que fica para cada um de nós. Esses exemplos de estratégias diferenciadas de ensino, somente serão relevantes se todos os envolvidos no processo de inclusão se comprometerem, pois é impossível praticarmos aquilo que não acreditamos, tampouco aceitamos. Como afirma Lima (2010, p.65) “a postura da sociedade humana, que ora conhecemos, é excludente, desrespeitosa dos direitos de seus membros, subsiste sob uma ótica de “normalidade” e não de uma ética de reconhecimento, de respeito e observância das diferenças inerentes à humanidade”.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição Federal Brasileira. Brasília, 1988.
- BRASIL. Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: 2015.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Brasília, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Resolução 02/2001. MEC/ SEESP, Brasília, 2001.
- BEYER, H. O. Da Integração Escolar à Educação Inclusiva: implicações pedagógicas. In: BAPTISTA, C. R. (Org.). *Inclusão e Escolarização: Múltiplas Perspectivas*. Porto alegre: Mediação, 2006, p. 73 – 81.
- CARVALHO, A. C. *Plano individual de transição para vida adulta para pessoas com deficiência intelectual*. Dissertação – (Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão) – Universidade Federal Fluminense, 2018.
- Constituição da República Portuguesa, de 1976. Disponível em: <<http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>>. [Consultado em 15/06/2019].
- Decreto-Lei nº3/ 2008, de 7 de janeiro. Diário da República, 1.ª série — N.º 4. Define os apoios especializados a prestar na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário dos sectores público, particular e cooperativo. Disponível em <https://dre.pt/pesquisa/-/search/386871/details/normal?q=DecretoLei+n.%C2%BA%203%2F2008%2C%20de+7+de+janeiro> (Consultado em 15/06/2019)
- GLAT, R.; VIANNA, M. M.; REDIG, A. G. Plano Educacional Individualizado: uma estratégia a ser construída no processo de formação docente. *Ciências Humanas e Sociais em Revista*, pp. 79-100, v. 34, n. 12. 2012.
- LIMA, F. J. L., Ética e inclusão: o status da diferença. In MARTINS, L. A. R. M. *Inclusão- Compartilhando Saberes – [et al.] organizadores*. – 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- MARIN, M.; BRAUN, P. Ensino colaborativo como prática de inclusão escolar. In.:GLAT, R.; PLETSCHE, M. D. (Orgs.). *Estratégias educacionais diferenciadas para alunos com necessidades especiais*. pp. 49-64, Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.
- MASCARO, C. A. A. C. *Inclusão e profissionalização do aluno com deficiência intelectual* 1. ed. – Curitiba: Appris, 2016.
- PLETSCH, M. D; GLAT, R. Plano Educacional Individualizado (PEI): um diálogo entre práticas curriculares e processos de avaliação escolar. In.:GLAT, R.; PLETSCHE, M. D. (Orgs.). *Estratégias educacionais diferenciadas para alunos com necessidades especiais*. pp. 17-32, Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.
- REDIG, A. G. *Inserção profissional de jovens e adultos com deficiência intelectual*. -1.ed. – Curitiba: Appris, 2016.
- REDIG, A. G; MASCARO, A.A.C; CARLOU, A. Inclusão no trabalho de pessoas com necessidades educacionais especiais. In: GLAT, R.; PLETSCHE, M. D. (Orgs.). *Estratégias educacionais diferenciadas para alunos com necessidades especiais*. pp.157-174 Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.
- SCHIRMER, C., WALTER, C.C.F., NUNES, L.R., DELGADO, S.M.M. Formação continuada em serviço de professores para uso de tecnologia assistiva e comunicação alternativa em sala de aula. In: NUNES, L. R.; QUITERIO, P.; WALTER, C. C. F.; SCHIRMER, C.; BRAUN, P. (Org.). *Comunicar é Preciso: em busca das melhores práticas na educação do aluno com deficiência*. 1ed.Marília: Editora da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial, 2011. V. 1, p.154.
- TANNÚS-VALADÃO, G. *Inclusão escolar e planejamento educacional individualizado: avaliação de um programa de formação continuada para educadores*. 2013. 245 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de São Carlos, 2013.
- UNESCO. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais . Brasília: CORDE, 1994.
- UNESCO. Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. UNESCO: Jomtien, 1990.

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo propor um diálogo sobre as estratégias educacionais diferenciada, destacando a sua importância diante da diversidade verificada na escola contemporânea. As estratégias de ensino utilizadas para alcançar o aluno que apresenta necessidades educacionais especiais precisam ser diversificadas e com isso o currículo poderá ser diferenciado. A partir da literatura pesquisada sobre o tema discutiremos os conceitos de flexibilização curricular, Plano Educacional Individualizado (PEI) e também do Plano Individualizado de Transição (PIT). Concluímos que a elaboração desses documentos precisa ser realizada de forma colaborativa, isto é, com todos os envolvidos no processo de inclusão. O PEI vai de encontro às necessidades especiais do aluno, utilizando como ponto de partida o seu potencial. Já o PIT visa desenvolver habilidades que colabore com o momento de transição da escola para a vida Independente.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Individualização do Ensino. Plano Educacional Individualizado. Plano Individualizado de Transição.